

Por Antonio Penteado Mendonça

As mudanças climáticas estão aí, não tem como tentar negar. Elas entraram com força e não tem nada que indique que pretendam ir embora nas próximas décadas. Ao contrário, como qualquer esforço para mudar o quadro tem maturação relativamente lenta, não existe mágica capaz de apressar o processo. Assim, nas décadas à frente, vamos conviver com fenômenos naturais frequentes e violentos.

Basta lembrar o que aconteceu no verão do hemisfério norte para não se ter dúvida de que o quadro é muito sério. Tão sério que os Estados Unidos passaram a ter regiões inteiras onde é impossível contratar seguro para os riscos de origem climática. O melhor exemplo é a Flórida. Daqui para frente, não é apenas a área de Miami que não terá seguro para furacões, a exclusão foi estendida para todo o estado. A nova regra também está em vigor na Califórnia e em outros estados, nos quais os danos causados por incêndios florestais e outros eventos decorrentes das mudanças climáticas são tão elevados que fazer o seu seguro seria colocar em risco a solvência das seguradoras e resseguradoras que os aceitassem.

A Europa não está muito mais confortável. Dificilmente as seguradoras aceitarão oferecer seguro para os incêndios florestais que ano a ano crescem de intensidade e destroem imensas áreas de países como Espanha, Portugal, Grécia e Itália. De outro lado, a intensidade das tempestades que varrem França, Alemanha e Grã-Bretanha também sinalizam a quase impossibilidade da indústria do seguro ter capacidade para garantir cobertura para esses riscos.

O quadro não é diferente na Ásia, na África e na América Latina. O que faz as realidades serem diferentes é que os países desenvolvidos têm tradição em contratar seguros, ao passo que os países em desenvolvimento têm baixa proteção securitária.

Entre eles, o Brasil se destaca pela diferença entre seu PIB, que o coloca entre as dez maiores economias do mundo, e o faturamento da indústria de seguro, que coloca o país na décima oitava posição no ranking das nações mais seguradas.

Entre os seguros não contratados merecem destaque os seguros para os riscos climáticos. A contratação de seguros para proteger patrimônios, capacidade de atuação e pessoas dos danos causados pelas tempestades, ciclones, tornados, furacões, ventanias, chuva forte, granizo, deslizamento de terra e desmoronamento é absolutamente irrisória.

O cotejamento das últimas catástrofes de origem climática deixa claro que a serra fluminense, o litoral do Rio de Janeiro, o litoral paulista, o Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e qualquer outra área que se queira plotar no imenso mapa nacional praticamente não tem seguro para esses riscos. O mais grave é que seguirão assim, principalmente pelo desconhecimento da população sobre a possibilidade de contratar seguros, pela falta de renda para pagar as apólices e pela falta de produtos eficientes para cobrir esses riscos.

A exceção é o seguro rural. Ele faz frente aos riscos de origem climática que atinjam as áreas seguradas. Infelizmente, elas são a minoria da área cultivada do país. Mesmo assim, a carteira sofreu perdas severas nos últimos anos. Ao ponto de algumas seguradoras saírem do negócio ou deixarem de oferecer garantia, especialmente para as lavouras do Rio Grande do Sul.

Quer dizer, o verão está chegando, os danos estão crescendo e o país seguirá sem seguro, apesar de ser certo que os prejuízos atingirão a casa dos bilhões de reais.

Fonte: [SindSeg_SP](#), em 29.09.2023.